

FIC de Fundos de Investimento Multimercado Petros Moderado

OBJETIVO

Obter a mesma rentabilidade da taxa de juros do mercado interbancário.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Comprar papéis públicos federais pré e pós-fixados e CDB's no limite de 25% do Patrimônio Líquido do fundo.

COMENTÁRIOS

O FIC de Fundos de Investimento Multimercado Petros Moderado aplica em fundos exclusivos discricionários, cujos gestores e respectivas performances estão descritas abaixo:

DADOS DO FUNDO EM 29/02/2012

Administrador	BEM DTVM (Grupo Bradesco)
Custódia e Controladoria	Banco Bradesco S.A.
Classificação ANBID	FIC de FIM
Taxa de Administração	Não tem
Taxa de Performance	Não tem
Valor da Cota	R\$ 4,5488632400
Patrimônio Líquido Atual	R\$ 4.587.406.299,77
Aplicação CRO-AM *	R\$ 4.949,18
Índice de Benchmark	Selic

* Valor aplicado em Renda Fixa / Valores brutos

Gestor	Rentabilidade Nominal desde fevereiro/12	Rentabilidade (% do CDI) desde fevereiro/12
BRAM (Bradesco)	1,88%	115,21%
Safra	1,64%	100,34%
Votorantim	1,90%	116,11%
Santander	1,71%	104,82%
BTG Pactual	1,87%	114,18%
TUPI	1,72%	105,60%

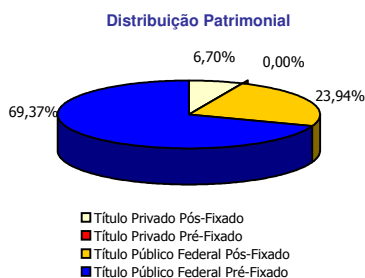
RENTABILIDADE DO FUNDO

Em 2012, o FIC de FIM Petros Moderado obteve uma rentabilidade de 1,78%, que representou 108,88% do CDI do mesmo período.

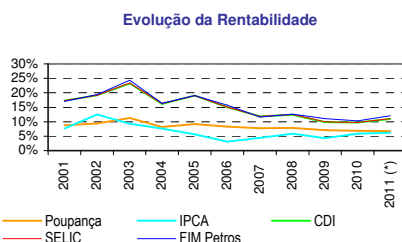
PERFIL RISCO X RETORNO

Período	Retorno (% CDI)
Último Mês	114,21%
Últimos 3 meses	102,80%
Últimos 6 meses	107,00%
Mediana dos Retornos	103,93%
Desvio Padrão	0,015212%
VAR (Value at Risk)	0,026128%
Intervalo de Confiança	95,00%

COMPOSIÇÃO DO FIC DE FIM PETROS MODERADO



RENTABILIDADE ACUMULADA X INDICADORES



Fonte: Econômica / Petros - Fevereiro/2012
(*) Projeção para 12 meses

OBSERVAÇÕES

Em outubro de 2004 foi feita a transferência da administração dos recursos (realizada pela BB DTVM desde dezembro de 2003) para o Bradesco BBI S.A (Grupo Bradesco), e da custódia dos títulos (antes realizada pelo Banco Itaú S.A) para o Banco Bradesco S.A.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O Banco Central Europeu (BCE) realizou a segunda rodada de empréstimos de longo prazo para os bancos europeus. Conhecida pela sigla em inglês LTRO (Long-term Refinancing Operation) o valor efetivo da operação chegou a € 529 bilhões com 800 bancos participando. Combinadas, as duas operações de refinanciamento do BCE (a primeira foi realizada no dia 21 de dezembro de 2011), no valor total de quase de € 1 trilhão, melhoraram as condições de liquidez da Zona do Euro, elevando a demanda por títulos da dívida de países da região e consequentemente reduzindo as taxas pagas pelos governos nos recentes leilões de títulos da dívida pública. As taxas de juros dos títulos soberanos caíram fortemente para Itália e Espanha, embora Portugal não tenha se beneficiado do movimento 1. Não obstante as ações do BCE, este mês o governo da Grécia deu um importante passo para a estabilidade financeira do bloco ao aprovar as novas medidas de austeridade fiscal, pré-condição para a liberação do segundo pacote de socorro financeiro ao país. A aprovação vai permitir também que sejam retomadas as negociações em torno do programa de troca "voluntária" da dívida soberana grega junto aos credores privados, que deve reduzir em quase € 100 bilhões o valor total da dívida que atualmente totaliza € 360 bilhões. A meta é fazer com que a relação dívida/PIB recue dos atuais 160% para 120% em 2020. O resultado da troca está previsto para o dia 08 de março. Apesar dos avanços, sobretudo na Grécia, continuamos céticos de que os problemas da Europa foram resolvidos. A sensação é de que todas estas medidas têm caráter de curto prazo, visando apenas resolver problemas emergenciais que estavam encarecendo a rolagem da dívida dada à profunda crise de confiança. Os problemas estruturais dos países mais endividados não foram sanados e pouco tem sido feito para resolvê-los. Países como Grécia, Portugal e até Espanha continuarão vendo a trajetória de suas dívidas (em %PIB) em ascensão se não avançarem com medidas que elevem a produtividade, a competitividade e o crescimento de suas economias. Nos EUA, o mês que passou trouxe mais evidências de melhora da atividade econômica. A sensação é de que a economia está melhor, em grande medida, reflete o aumento no nível de emprego dos últimos meses (taxa de desemprego recuou para 8,3% em janeiro, o menor nível desde fevereiro de 2009). A melhora dos índices de atividade industrial e as pesquisas qualitativas dos consumidores e empresários também têm corroborado para essa sensação de melhora. No entanto, ainda é cedo para afirmar que a economia aponta para uma recuperação sustentável. Vale lembrar que ainda está em curso o longo processo de desalavancagem das famílias e o balanço patrimonial das mesmas ainda segue bastante deteriorado. O aumento do preço do petróleo e a consequente disparada dos preços da gasolina também podem limitar os gastos com consumo e ainda, mais à frente, a economia americana deverá enfrentar um ajuste fiscal importante com os cortes automáticos dos gastos programados para o início de 2013. Em suma, apesar da recente melhora e do menor nível de aversão ao risco, o nível de incertezas no cenário internacional continua acima do usual e as perspectivas de crescimento seguem deprimidas.

No cenário doméstico, o governo federal divulgou este mês o contingenciamento de gastos sobre o Orçamento de 2012, medida que busca mostrar o comprometimento do governo em perseguir a meta total para o resultado primário no ano. Segundo os ministérios da Fazenda e do Planejamento, as despesas totais foram reduzidas em R\$ 55,0 bilhões, enquanto as receitas líquidas de transferências foram reduzidas em R\$ 29,5 bilhões – em função da redefinição de parâmetros macroeconômicos, especialmente a expectativa para crescimento do PIB em 2012, de 5,0% para 4,5%. Em relação aos gastos, o governo anunciou que R\$ 30 bilhões serão cortados das despesas discricionárias (governo disse que vai preservar investimentos do PAC e do Minha Casa e Minha Vida) enquanto que R\$ 25 bilhões serão cortados das despesas obrigatórias. Estas últimas devem ser mais difíceis, considerando o cronograma para este ano - reajuste de salário mínimo em 14% - e comparando com o padrão de crescimento histórico de tais custos (para se ter uma idéia, no ano passado o governo se comprometeu a reduzir os benefícios previdenciários em R\$ 2 bilhões, mas eles ficaram R\$ 3 bilhões acima do previsto. No caso do abono e do seguro desemprego, a promessa era de um corte de R\$ 3 bilhões e houve aumento de R\$ 4,5 bilhões). Embora os riscos de execução dos cortes e de cumprimento da meta fiscal sejam elevados, em função da dificuldade de se cortar os gastos obrigatórios e da previsão de crescimento do PIB ainda ser muito otimista, a iniciativa do governo é, na nossa visão, positiva, pois reforça a postura fiscal menos expansionista desta gestão e a determinação de se buscar um novo mix de política econômica (menos expansão fiscal e mais expansão monetária).

No que se refere à atividade doméstica, após a divulgação do crescimento nulo do PIB no 3º trimestre os últimos dados sugerem que a economia brasileira se recuperou no 4º trimestre de 2011. A recuperação, contudo, se deu num ritmo bastante moderado, como sugere o índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) 2 que cresceu apenas 0,3% no 4º trimestre em relação ao trimestre anterior e 1,0% em relação ao último trimestre do ano anterior - resultado de um crescimento de 0,6% m/m em dezembro, após expansão de 1,3% m/m em novembro e contração de 0,6% m/m em outubro. A recuperação da atividade no 4º trimestre foi sustentada pelo crescimento do consumo (as vendas do comércio ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, aumentaram 1,6% m/m em dezembro após alta de 1,6% m/m em novembro e queda de 0,3% m/m em outubro, contribuindo para que o resultado no último trimestre de 2011 superasse em 1,1% o registrado no trimestre anterior) que por sua vez encontrou suporte em taxas de desemprego historicamente baixas, no crescimento da renda, apesar de certa acomodação na margem, e na expansão, mesmo que em ritmo mais modesto, da oferta de crédito para pessoas físicas. Já a atividade industrial seguiu mostrando desempenho fraco. Apesar do crescimento na margem nos últimos 2 meses do ano, a atividade fabril registrou contração de 1,4% tri/tri no 4º trimestre, o terceiro trimestre consecutivo de queda neste tipo de comparação.

Com relação à inflação, o IPCA de janeiro registrou alta de 0,56% contra alta de 0,50% em dezembro. Esta foi a primeira divulgação do índice de preço com a nova estrutura de pesos, que incorpora os resultados dos gastos de consumo da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008 – 2009. No acumulado em 12 meses, a inflação seguiu, como antecipado, a tendência recente de queda, em virtude da base elevada do início de 2011 (IPCA de janeiro de 2011 foi de 0,83%), atingindo 6,22% contra os 6,50% registrados em dezembro. Tal efeito base deve se prolongar ao longo dos próximos meses, garantindo o arrefecimento da inflação sob tal medida. Em linhas gerais, a abertura do índice naquele mês mostrou o arrefecimento da inflação de bens semi e não duráveis (graças à desaceleração da inflação de alimentos e vestuário), deflação para o grupo de bens duráveis e alta considerável no grupo de serviços. Olhando adiante, apesar de continuarmos enxergando pressões de maior significância vindo de componentes de serviços, grupo mais fortemente ligado à atividade econômica, a dinâmica de inflação no curto prazo (fevereiro e março) tende a continuar mais favorável do que no passado. Em síntese, a queda dos preços de etanol, os limitados reajustes de preços administrados e, sobretudo, a menor pressão dos produtos alimentícios, cuja tendência de queda apontada pelas coletas de preços no atacado a partir de meados de janeiro vem se aprofundando, explicam o comportamento mais benigno da inflação neste início de ano.

Por fim, as contas externas brasileiras mostraram que o déficit em conta corrente atingiu em janeiro o maior resultado da série histórica, US\$ 7,0 bilhões (ante US\$ 6,1 bilhões em dezembro) resultado de um déficit comercial de US\$ 1,3 milhão e um déficit no balanço de serviços e rendas de US\$ 5,9 bilhões. O déficit comercial em janeiro foi atípico, fruto da queda de quase 50% das exportações de minério de ferro interrompidas temporariamente por razões climáticas. Com esse resultado, o déficit em 12 meses subiu de US\$ 52,6 bilhões em dezembro para US\$ 54,1 bilhões em janeiro, também um recorde em termos nominais, equivalente a 2,17% do PIB (como percentual do PIB, o recorde da série foi -4,8% em meados de 1999). A deterioração da conta corrente, contudo, foi novamente contrabalançada por um resultado robusto do saldo da conta capital e financeira (US\$ 7,4 bilhões) composto em parte pelo influxo líquido de investimento direto (US\$ 5,4 bilhões), e em parte pelos investimentos estrangeiros em carteira (US\$ 4,8 bilhões) com destaque para a volta do investimento estrangeiro em ações após a redução do IOF sobre essas operações no final de novembro. A entrada líquida nesta conta somou US\$ 4,3 bilhões, maior volume desde outubro de 2010.

Notas Explicativas:

1 Entre 25 de novembro de 2011 e 29 de fevereiro de 2012 as taxas de juros dos títulos soberanos da Itália recuaram de 7,51% para 5,22% e para Espanha de 7,07% para 4,99%. Já para Portugal as taxas de juros subiram de 12,19% para 13,39% no mesmo período.

2 Indicador que incorpora estimativa para a produção mensal dos três setores da economia bem como para os impostos sobre produtos e constitui, portanto, importante proxy do PIB trimestral.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores	2011	cenário Petros 2012	Focus *
PIB (%)	2,90	3,10	3,30
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	29,80	20,00	19,00
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-52,60	-60,00	-67,00
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ Bilhões)	66,70	50,00	55,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	36,50	36,00	36,20
Taxa de Câmbio Fim do Período (R\$/US\$)	1,86	1,80	1,75
Taxa Over Selic Fim do Período (% a.a)	11,00	9,50	9,50
IPCA (% a.a)	6,50	5,10	5,24
IGP-M (%a.a)	5,10	4,50	4,60

Fonte Relatório de Mercado - Banco Central (29/02/2012) * Projeção mediana do mercado

INDICADORES FINANCEIROS

Período	FIM Petros Moderado	Poupança	CDI	SELIC	IPCA	Rentabilidade do Plano
2005	19,06%	9,21%	19,00%	19,05%	5,69%	8,49%
2006	15,71%	8,32%	15,03%	15,08%	3,14%	15,08%
2007	11,59%	7,71%	11,82%	11,86%	4,46%	11,24%
2008	12,57%	7,90%	12,38%	12,48%	5,90%	12,52%
2009	11,11%	7,05%	9,88%	9,93%	4,31%	11,05%
2010	10,30%	6,90%	9,75%	9,78%	5,91%	10,30%
2011	12,50%	7,50%	11,60%	11,62%	6,50%	12,50%
jan/12	0,92%	0,59%	0,89%	0,89%	0,56%	0,92%
fev/12	0,99%	0,50%	0,86%	0,87%	0,45%	0,85%
ACC. 2012	1,92%	1,09%	1,75%	1,77%	1,01%	1,77%